

inscritas no capítulo 7.º do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios:

Despesas com o material:

Artigo 317.º — Aquisições de utilização permanente:

Aquisição de móveis:

a) Máquinas, aparelhos, instrumentos e utensílios 5.000\$00

Artigo 318.º — Despesas de conservação e aproveitamento do material:

De móveis:

a) Máquinas, aparelhos, instrumentos e utensílios 8.000\$00
b) Mobiliário 4.000\$00

Artigo 319 — Material de consumo corrente:

2) Diversos não especificados, etc. 18.000\$00

Pagamento de serviços:

Artigo 320.º — Despesas de higiene, saúde e conforto:

Luz, aquecimento, água, lavagem, limpeza e outras despesas 20.000\$00
55.000\$00

Art. 2.º É anulada a importância de 55.000\$ no n.º 1) do artigo 322.º, capítulo 7.º, do orçamento do Ministério da Justiça para o actual ano económico.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Junho de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto-lei n.º 27:803

Havendo oficiais, sargentos e praças da armada internados em hospitais de alienados a quem inteiramente se aplicam as considerações contidas no decreto n.º 14:525, de 26 de Outubro de 1927, publicado pelo Ministério da Guerra;

Sendo por isso conveniente adoptar na armada as mesmas disposições;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São applicáveis aos oficiais, sargentos e praças da armada internados em hospitais de alienados ou casas de saúde as disposições do decreto n.º 14:525, de 26 de Outubro de 1927, devendo os requerimentos, instruídos com os documentos indicados nos n.ºs 2.º e 3.º do artigo 2.º daquêlê decreto, ser entregues na Repartição de Administração Naval, tratando-se de oficiais, e no corpo de marinheiros da armada, tratando-se de sargentos ou praças.

Art. 2.º O processo, depois de organizado e compoententemente informado, será submetido a despacho do Ministro da Marinha, que sobre êlo se pronunciará, fazendo-se a respectiva declaração na *Ordem do dia* da Superintendência dos Serviços da Armada, tratando-se de oficiais, e na *Ordem do dia* do corpo de marinheiros da armada, tratando-se de sargentos ou praças.

Art. 3.º O conselho administrativo que faz a liquidação dos vencimentos promoverá a cessação dêstes logo que tenha conhecimento de que a pessoa que os recebe não é digna sob o ponto de vista moral e civil, ou não cumpre para com o doente as obrigações materiais e morais que lhe são impostas, e poderá fiscalizar directa ou indirectamente o cumprimento do disposto neste decreto, quanto à assistência e auxílio prestados aos doentes.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Junho de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos

Decreto-lei n.º 27:804

Estando a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos a proceder ao estudo do rio Zêzere, desde Cambas, no concelho de Oleiros, até à foz do mesmo rio, a fim de ajuizar das possibilidades do aproveitamento das suas águas para a produção de energia eléctrica, irrigação e abastecimento de povoações;

Considerando que, pelo artigo 36.º do decreto n.º 5:787-III, de 10 de Maio de 1919, o uso das águas públicas pode ser objecto de concessão, no interesse dos serviços públicos, da agricultura ou da indústria;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Enquanto a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos proceder ao estudo das possibilidades de aproveitamento do rio Zêzere e até decisão final do Governo em presença do resultado do tais estudos, as águas do curso principal, no trço compreendido entre Cambas e a confluência com o Tejo, não poderão ser objecto de concessão.

§ único. Durante êsse período não deverão as repartições públicas competentes aceitar ou dar andamento a quaisquer pedidos de concessão daquelas águas.

Art. 2.º Os pedidos de concessão relativos a aproveitamento dos afluentes do Zêzere, no referido trço entre Cambas e a foz do rio, terão o andamento que merecerem, desde que os respectivos perímetros hidráulicos não tenham interferências com os perímetros hidráulicos dos aproveitamentos estudados pela Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Junho de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa —

Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto-lei n.º 27:805

Convindo adquirir para as obras de construção da Base Naval de Lisboa 277 toneladas de estacas-pranchas que serviram na construção do Arsenal do Alfeite;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos autorizada a comprar, pela quantia de 500.000\$ e com dispensa de todas as formalidades legais, à Comissão Administrativa Autónoma das Obras do Arsenal do Alfeite, em conta da verba do capítulo 14.º e artigo 158.º do actual orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 277 toneladas de estacas-pranchas, para serem aplicadas na construção da Base Naval de Lisboa.

Art. 2.º No referido orçamento e no capítulo 12.º será inscrita a referida quantia de 500.000\$, sob a rubrica «Arsenal do Alfeite» e constituindo o artigo 148.º-A «Construções e obras novas»: para pagamento das despesas da construção, incluindo pessoal e material. Por contrapartida, no orçamento das receitas do Estado e no capítulo 7.º «Reembolsos e reposições» e no artigo 187.º-C «Reembolso de importâncias entregues à Comissão Administrativa Autónoma das Obras do Arsenal do Alfeite nos termos do decreto-lei n.º 27:805, desta data,» é inscrita igual quantia.

§ único. A Comissão Administrativa Autónoma das Obras do Arsenal do Alfeite, logo que receba a importância da venda, entrará com ela nos cofres do Estado, nos termos deste artigo.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Junho de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

Decreto-lei n.º 27:806

Considerando que a Administração Geral do Pôrto de Lisboa carece de executar vários trabalhos urgentes para o desenvolvimento do pôrto, em que poderá utilizar parte da verba atribuída a novos edificios, cuja construção não é julgada conveniente neste momento;

Considerando que esta última dotação tem contrapartida no orçamento da despesa do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e no das receitas do Estado, que terão de sofrer correspondente redução;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reduzida da quantia de 1:060.000\$ a verba inscrita sob a rubrica «Edifícios do Pôrto de Lisboa» na alínea c) do n.º 3.º do artigo 48.º, capítulo 3.º,

do actual orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. No orçamento das receitas do Estado sofre igual redução a importância descrita sob a rubrica «Reembólso de despesa realizada de conta da Administração Geral do Pôrto de Lisboa com a construção de edificios» no artigo 175.º, capítulo 7.º

Art. 2.º No actual orçamento privativo da Administração Geral do Pôrto de Lisboa e na classe de «Despesas com o material» são reforçadas com as quantias abaixo indicadas as seguintes dotações:

Artigo 5.º, n.º 1), alínea a)	320.000\$00
Artigo 6.º, n.º 2), alínea a)	240.000\$00
Artigo 7.º, n.º 2)	250.000\$00
Artigo 7.º, n.º 3), alínea a)	100.000\$00
Artigo 8.º, n.º 1), alínea a)	150.000\$00
	1.060.000\$00

No mesmo orçamento é reduzida de 1:060.000\$ a verba da alínea c) do n.º 1) do artigo 5.º

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Junho de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Repartição dos Negócios Políticos e de Administração Civil

1.ª Secção

Portaria n.º 8:741

Tendo sido cumpridas as formalidades cuja omissão motivou a publicação da portaria ministerial n.º 8:486, de 13 de Julho de 1936, que mandou anular, na parte em que regulam a organização dos orçamentos e os serviços financeiros dos corpos administrativos do Estado da Índia, as portarias do governo daquele Estado n.ºs 2:569 e 2:570, de 15 de Fevereiro de 1936: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, aprovar as portarias n.ºs 2:569 e 2:570, publicadas no suplemento n.º 13 do *Boletim Oficial* do Estado da Índia de 15 de Fevereiro de 1936.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» do Estado da Índia.

Ministério das Colónias, 30 de Junho de 1937. — O Ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado.

Direcção Geral de Fomento Colonial

Repartição dos Serviços Económicos

Portaria n.º 8:742

Atendendo às condições especiais que se dão na colónia de Macau e que justificam a conveniência de atribuir ao governador da mesma colónia a competência, defi-